



Em busca do multiusuário em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Nacional do Brasil

Marcelo Nogueira de Siqueira

Universidade de Coimbra, mnsiq@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende analisar a evolução do usuário de arquivo, desde a sua não utilização até a identificação do historiador como seu primeiro usuário externo, a mudança de denominação para pesquisador, utilizador, usuário, consultante e finalmente na figura contemporânea do cliente. Para isso será investigada a iniciativa do Arquivo Nacional do Brasil na busca do multiusuário, ou seja, de indivíduos e coletividades com demandas e interesses distintos, bem como de expectativas diversas, a partir de suas ações de difusão e divulgação de seu acervo e serviços. Espera-se com esta discussão a compreensão da importância do estudo de usuário e da aplicação de seus resultados na busca pela melhoria da relação instituição-sociedade.

Palavras-chave

Arquivo, estudos de usuário, multiusuário, Arquivo Nacional (Brasil)

Introdução

Os arquivos existem desde as primeiras civilizações, servindo como apoio administrativo para as decisões do Estado e contribuindo para a validação e preservação de leis, normas, atas e contratos materializados em documentos notariais, administrativos e religiosos. Tais instituições, portanto, sempre estiveram ligadas ao poder hegemônico: o Estado, a religião e as classes economicamente dominantes, constituindo-se em uma estrutura hermética e servindo a poucos, pois não foram criadas pensando em historiadores ou utilizadores em geral, mas em benefício dos administradores e, sobretudo, do Estado.

O usuário de arquivo tradicionalmente foi moldado pelo tipo de acervo e pela natureza de seus serviços, notadamente constituídos em virtude dos aspectos legais e de sua missão institucional. Ao analisarmos a constituição e a evolução de instituições arquivísticas podemos perceber que tais organizações ao longo de quase toda sua existência privilegiaram a guarda e preservação em detrimento ao acesso e difusão. A importância conferida aos documentos custodiados pelos arquivos fez com que estes fossem guardados em lugares de acesso restrito, como se constituíssem em verdadeiros tesouros salvos em santuários (Silva, 1999).

Após a Revolução Francesa, de uma nova formatação de Estados nacionais e no contexto do positivismo os arquivos foram se modificando, até que em meados do século XIX as primeiras salas de consultas apareceram em suas estruturas. Outros usos foram incorporados à sua constituição e demandas diversas foram modificando, lentamente, seu estatuto.

Se na esteira do positivismo os arquivos ganharam o estatuto de celeiro da História (Bellotto, 2003), no decorrer do século XX, sobretudo no pós-guerra e na consolidação do capitalismo, a gestão de documentos passou a figurar como elemento preponderante nas discussões arquivísticas. Se os arquivos nasceram amparados pela necessidade jurídica e probatória e posteriormente tornaram-se indispensáveis na construção da História e de identidades nacionais, no século XX estabeleceram-se como elo fundamental entre a administração e a gestão.

Novos usos pressupõem novos usuários e outras formas de atender suas demandas. Contudo, apenas na década de 1960 que a discussão sobre os usuários de arquivos tornou-se efetiva, sobretudo

em virtude do debate relativo ao acesso aos arquivos e seus documentos (Araújo, 2014). Nas décadas seguintes, de forma ainda tímida e escassa, mas de forma crescente, as discussões sobre direitos à informação, à liberdade, a proteção a privacidade e intimidade foram atribuindo nova importância a figura do usuário de arquivo.

Na década de 1990, com a popularização da internet, da telefonia móvel e das demais tecnologias de informação e comunicação, iniciou-se uma redefinição da relação dos usuários com os chamados sistemas de informação, dentre eles o arquivo, propiciando uma nova modelagem de seus estatutos e serviços. Para Jardim (2003), o surgimento de novas práticas de produção, transferência e uso da informação abre possibilidades inéditas para seu uso, oferta e disseminação, envolvendo um conjunto cada vez mais amplo de utilizadores.

Com o advento do novo século e a consolidação de práticas e ferramentas que se convencionou chamar de Humanidades Digitais, o usuário de arquivo, sendo ele individual ou coletivo, ampliou seu escopo através de novas demandas e possibilidades, ultrapassando as fronteiras que haviam sido delimitadas nas décadas e séculos anteriores e que mesmo ampliadas ainda guardavam restrições aos usos, apropriações e reconfigurações de seus espaços.

Definições

O acesso nas instituições arquivísticas sempre foi identificado como uma possibilidade e não como um direito. Tanto no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (Arquivo Nacional, 2005), como no Glossário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a definição de acesso começa com a expressão “possibilidade de consulta” ou “possibilidade de utilizar documentação”.

A definição de usuário que consta no DIBRATE (2005, p. 169), “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamado de consulente, leitor ou pesquisador”, traz de forma intrínseca a ideia de que o usuário apenas consulta, não fazendo uso da informação oferecida ou obtida. O termo consulente traduz esse conceito passivo. Outros dois sinônimos também são apresentados: o do leitor, como se nos arquivos só houvesse documentos textuais e o do pesquisador, como se o usuário de arquivo só fosse até ele para pesquisar, não havendo a possibilidade do uso cultural, de lazer etc. O Glossário de Terminologia Arquivística do CIA não menciona a figura o usuário nem de algum sinônimo.

Dentro da informática a ideia de multiusuário está ligada ao conceito que define um sistema operacional que permite acesso simultâneo de diversos usuários ao computador, contudo, aqui apresentamos o conceito de multiusuário inserido no contexto arquivístico que consiste na ideia de que uma variada e crescente multiplicidade de indivíduos e coletividades, com necessidades e expectativas diversas, associada à figura do não-usuário (indivíduos ou coletividades que não frequentam, utilizam ou desconhecem o arquivo) devem ser contemplados nas políticas de acesso, difusão e promoção do acervo, através de planejamento, ações e atividades, sendo uma delas a mediação cultural, prática pouco difundida em instituições arquivísticas e que pressupõe diversos caminhos, formas variadas e aspectos multimídia de interação e integração entre a instituição e a sociedade.

O Arquivo Nacional do Brasil

A criação do Arquivo Nacional foi prevista na primeira constituição brasileira, de 1824, promulgada dois anos após a independência do país, como parte da ideia de construção identitária da nova nação. Contudo, apenas em 1838 que a instituição foi inaugurada.

Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Brasil integra a estrutura do Ministério da Justiça, sendo o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos do Governo Federal e tendo por finalidade a implementação e o acompanhamento da política nacional de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Seu acervo é composto por cerca de 55 km de documentação textual, dois milhões de documentos iconográficos, 130 mil documentos audiovisuais, 50 mil documentos cartográficos, 12 mil documentos sonoros e cinco mil partituras musicais, em diversos tipos de suportes e formatos e com suas informações disponíveis em diversas bases de dados, sendo a principal o Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em que seus quase mil fundos e coleções estão descritos. O Arquivo Nacional também dispõe de biblioteca e miateca especializada .

A multiplicidade de interesses e necessidades do Estado e da sociedade perante a instituição fez com que o corpo técnico do Arquivo Nacional propusesse ações de melhoria no atendimento através de iniciativas de valorização e divulgação do acervo e de seus serviços, na construção de uma política de comunicação e na ênfase do caráter plural de suas atividades, desenvolvendo uma agenda voltada à cultura, educação e difusão, expandindo seus objetivos para além do tripé administrativo-jurídico-histórico e, com isso, inserindo novos usuários e agregando novos usos.

O Arquivo Nacional promove há mais de uma década um festival de cinema de arquivo, com mostras, debates, cursos e publicações, elabora exposições temáticas, organiza eventos acadêmicos e científicos, oferece ao cidadão visitas guiadas, possui uma linha editorial diversificada, ministra workshops, cursos, palestras e assistências técnicas gratuitas, apóia ações culturais externas e acordos de cooperação, além de promover a acessibilidade e a inserção social. A instituição está presente nas redes sociais, divulgando e interagindo ativamente no Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Pinterest, Flickr e Sound Cloud.

Em março de 2017 foi criado o Núcleo de Estudos de Usuários – NEU, com a finalidade de empreender estudos referentes aos usos e usuários da instituição e servir como mediador entre as diversas áreas internas que preservam, tratam e disponibilizam o acervo. Muito mais do que fazer estatísticas de atendimento e satisfação, o NEU busca compreender as necessidades e expectativas desse multiusuário, indicando para a instituição tendências, demandas e oportunidades.

Conclusão

A inovação e o empreendedorismo vêm se constituindo em elementos fundamentais para o aprimoramento e adequação das instituições no mundo contemporâneo, sobretudo com o advento das tecnologias de informação e comunicação. As ditas Humanidades Digitais vêm alterando as formas de produção, consumo, processamento, difusão e compartilhamento da informação na contemporaneidade, mas nenhuma mudança paradigmática será processada caso o indivíduo não esteja no centro desta mudança.

Entretanto, a ideia de um serviço arquivístico orientado para o usuário não pode ser percebida como uma negação ou abandono das práticas arquivísticas de gestão e processamento da informação, pois esta, no âmbito arquivístico, possui nuances próprias e características determinantes de sua natureza. Todavia, este novo usuário possui interesses e expectativas diversos, devendo ser atendido em suas necessidades.

Se originalmente o arquivo não possuía a figura do usuário e somente depois de muito tempo que este conceito foi se estabelecendo, a partir de uma visão sistêmica e heurística da informação ele passou a ser compreendido como cliente, percebido como multiusuário e entendido como parte ativa de todo o processo institucional, pois independente da nomenclatura recebida é ele o foco das atenções. E é a partir desta premissa que o Arquivo Nacional do Brasil vem pautando suas ações.

Referências

- ARAÚJO, C. A. A. (2014). *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Institucional.
Disponível na internet: < <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>>
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Terminología Archivística Multilingüe
Disponível na internet: < <http://www.ciscra.org/mat/mat/termlist/l/Portuguese>>
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (2004). *Estudos de usuários em arquivos: uma busca de um estado da arte*. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação – v. 5. n. 5 outubro de 2004.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.; RAMOS, J.; REAL, M. L. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento.